

Geração Futuro  
Corretora de  
Valores S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017  
com relatório dos auditores  
independentes sobre as  
demonstrações financeiras**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>10</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da  
Geração Futuro Corretora de Valores S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Geração Futuro Corretora de Valores S.A. (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corretora em 31 de dezembro de 2017, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

### **Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção à seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Corretora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, não identificamos a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior  
Contador CRC RJ-083314/O-7

## Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	2017	2016		Notas	2017	2016
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>76.289</b>	<b>47.818</b>	<b>Circulante</b>		<b>74.756</b>	<b>41.822</b>
Disponibilidades	4	9.864	555	Outras obrigações		74.756	41.822
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	44.181	12.931	Sociais e estatutárias	11.a	1.903	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		44.181	12.931	Fiscais e previdenciárias	11.b	3.330	1.290
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	4.626	13.979	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		16	7
Carteira própria		4.626	13.489	Negociação e intermediação de valores - passivo	11.c	64.877	35.067
Vinculados à prestação de garantia		-	490	Parcelamento de dívida - IRPJ e CSLL	11.d	879	982
Outros créditos		17.356	20.071	Diversas	11.e	3.751	4.476
Rendas a receber	7.a	3.384	3.457	<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>1.412</b>	<b>1.966</b>
Negociação e intermediação de valores	7.b	8.414	14.229	Outras obrigações		1.412	1.966
Diversos	7.c	5.583	2.402	Parcelamento de dívida - IRPJ e CSLL	11.d	-	819
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7.c	(25)	(17)	Provisão para passivos contingentes	13	1.412	1.147
Outros valores e bens		262	282	<b>Patrimônio líquido</b>	14	<b>7.933</b>	<b>13.073</b>
Despesas antecipadas		262	282	Capital social		25.000	25.000
<b>Não circulante</b>		<b>7.812</b>	<b>9.043</b>	Prejuízos acumulados		(17.067)	(11.927)
Investimentos	8	5.273	5.272				
Participações societárias em controladas		5.273	5.272				
Imobilizado	9	905	1.342				
Instalações, móveis, equipamentos e outros		5.086	6.310				
(Depreciação acumulada)		(4.181)	(4.968)				
Intangível	10	1.634	2.429				
Softwares		2.822	2.747				
Benfeitorias		1.716	2.697				
(Amortização acumulada)		(2.904)	(3.015)				
<b>Total do ativo</b>		<b>84.101</b>	<b>56.861</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>84.101</b>	<b>56.861</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

### Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto, lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	Semestre	2017	2016
<b>Receitas de intermediação financeira</b>				
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	838	1.818	3.041
Resultado de títulos e valores mobiliários e derivativos	6	2.130	4.360	4.578
<b>Despesas de intermediação financeira</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(8)	(9)	(5)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>				
		2.960	6.169	7.614
Outras receitas (despesas) operacionais		561	(7.504)	(7.998)
Receitas de prestação de serviços	15.a	30.999	58.265	49.406
Despesas de pessoal	15.b	(13.317)	(27.014)	(24.707)
Outras despesas administrativas	15.c	(21.054)	(38.119)	(31.169)
Despesas tributárias	15.d	(2.971)	(5.407)	(4.407)
Resultado de participação societária em controladas	8	(439)	(2.230)	4.267
Outras receitas operacionais	15.e	9.639	10.359	1.031
Depreciação e amortização	9 e 10	(648)	(1.394)	(1.352)
Outras despesas operacionais	15.f	(1.648)	(1.964)	(1.067)
Resultado operacional		3.521	(1.335)	(384)
Resultado não operacional		-	-	(1)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>				
		3.521	(1.335)	(385)
Imposto de renda e contribuição social	12	-	-	-
Corrente		-	-	-
Diferido		-	-	-
<b>Participações dos empregados no resultado</b>				
		(1.902)	(3.805)	(721)
<b>Lucro líquido do semestre / (Prejuízo) do exercício</b>				
		1.619	(5.140)	(1.106)
Quantidade de ações		25.133.542	25.133.542	25.133.542
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,06	(0,20)	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Redução de capital em	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>40.039</b>	<b>(15.039)</b>	<b>(10.821)</b>	<b>14.179</b>
Redução de capital	(15.039)	15.039	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(1.106)	(1.106)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>25.000</b>	<b>-</b>	<b>(11.927)</b>	<b>13.073</b>
Mutações do exercício	(15.039)	15.039	(1.106)	(1.106)
<b>Saldos em 1 de julho de 2017</b>	<b>25.000</b>	<b>-</b>	<b>(18.686)</b>	<b>6.314</b>
Lucro líquido do semestre	-	-	(6.759)	(6.759)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>25.000</b>	<b>-</b>	<b>(17.067)</b>	<b>7.933</b>
Mutações do semestre	-	-	1.619	1.619
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>25.000</b>	<b>-</b>	<b>(11.927)</b>	<b>13.073</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(5.140)	(5.140)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>25.000</b>	<b>-</b>	<b>(17.067)</b>	<b>7.933</b>
Mutações do exercício	-	-	(5.140)	(5.140)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	2 Semestre	2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do semestre/ (Prejuízo do exercício)</b>	<b>1.619</b>	<b>(5.140)</b>	<b>(1.106)</b>
Ajustes do lucro do exercício com o caixa gerado nas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	646	1.394	1.352
Resultado com equivalência patrimonial	439	2.230	(4.267)
Provisão para passivos contingentes	375	265	297
Participação de empregados	1.902	3.805	721
Variação de ativos e obrigações			
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(11.263)	(8.855)	(78)
(Aumento) / Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	9.840	9.353	620
Redução / (Aumento) em outros créditos	(3.441)	2.340	82.404
Redução / (Aumento) em outros valores e bens	188	20	(2)
(Redução) / Aumento em outras obrigações	28.959	28.921	(79.973)
Impostos pagos	(295)	(615)	(695)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>28.969</b>	<b>33.718</b>	<b>(727)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado de uso	(63)	(274)	(462)
Aquisição de investimento	(1.856)	(1.856)	(1.005)
Aquisição de intangível	(65)	(764)	(439)
Baixa do imobilizado	215	215	1
Baixa de intangível	659	665	41
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(1.110)</b>	<b>(2.014)</b>	<b>(1.864)</b>
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>27.859</b>	<b>31.704</b>	<b>(2.591)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	9.763	5.918	8.509
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	37.622	37.622	5.918
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>27.859</b>	<b>31.704</b>	<b>(2.591)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### 1 Contexto operacional

A Geração Futuro Corretora de Valores S.A. (“Corretora”) tem por objeto principal, negociar títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, e operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Geração Futuro.

### 2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif, instituído pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração da Corretora baseie-se em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e provisão para contingências. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Corretora em continuar suas atividades nos próximos 12 (doze) meses.

A Administração autorizou a emissão e divulgação das demonstrações financeiras em 26 de março de 2018.

### 3 Resumo das principais práticas contábeis

#### a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Corretora.

#### b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa da Corretora são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras de liquidez.

**c. Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

**d. Segregação de curto e longo prazo**

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço. Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 (doze) meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente

**e. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, e retificadas por provisão ao valor de mercado quando aplicável.

**f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

Nos termos da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias:

**(i) Títulos para negociação**

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

**(ii) Títulos mantidos até o vencimento**

Títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais devem ser lançados no resultado do período.

**(iii) Títulos disponíveis para venda**

Títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas demais categorias, e que são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta de patrimônio líquido denominada “ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos”, líquidos dos efeitos tributários.

A Corretora tem como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários e mantê-los para negociação, proporcionando, desse modo, rentabilidade de suas disponibilidades e participação transitória no mercado de derivativos sem, contudo, assumir posições que comprometam a sua solidez patrimonial, liquidez ou que venham a representar risco de crédito.

As ações de companhias abertas são registradas pelo custo de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, ajustados pela valorização da cotação média do último dia em que foram negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa. Os resultados das operações constituídos dos ajustes por variações são reconhecidos diariamente no resultado e estão apresentados nas demonstrações do resultado.

As cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente com base no valor da cota divulgado pelos Administradores dos fundos onde os recursos são aplicados. A valorização e desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas nas demonstrações do resultado.

Os títulos privados classificados como certificados de depósitos bancários, letras de créditos imobiliários, debêntures, certificados de recebíveis de agronegócio e letras de agronegócio são indexados à taxa CDI e pré-fixados, sendo o resultado registrado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

**g. Instrumentos financeiros derivativos**

As operações com instrumentos financeiros derivativos são contabilizadas da seguinte forma:

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas ou incorridas.

Os prêmios pagos ou recebidos nas operações realizadas no mercado de opções são registrados em contas patrimoniais pelos valores efetivamente pagos ou recebidos e ajustados a mercado em contrapartida do resultado. Os valores de referência desses contratos são registrados em contas de compensação.

**h. Negociação e intermediação de valores**

Demonstrado pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas junto às bolsas de valores, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

**i. Investimento em controlada**

As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.

**j. Imobilizado de uso / intangível**

Ativo Imobilizado: corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Corretora os benefícios, riscos e controle desses bens.

O ativo imobilizado de uso (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais que contemplam a vida-útil econômica dos bens, às taxas de 10% a.a. para móveis, e 20% a.a. para os demais. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a. O ágio é apurado com base na diferença entre o valor pago na data de aquisição e o valor contábil líquido. O ágio, cujo fundamento é baseado na previsão de resultados futuros da empresa adquirida, é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões.

**k. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)**

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução nº 3.566/2008 do CMN, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), a Corretora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do exercício as eventuais perdas apuradas.

Com base em análise de seus ativos em 31 de dezembro de 2017, a Corretora concluiu que não há evidências que indiquem a necessidade de constituição de provisão para perdas consideradas permanentes.

**l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN:

11. Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

12. Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

13. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

**m. Demais ativos e passivos**

São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço.

**n. Provisão para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é, quando devida, constituída mensalmente com base nos rendimentos tributáveis, à alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável anual que exceder R\$240. A contribuição social é, quando devida, constituída à alíquota de 20% apurada sobre o resultado tributável ajustado na forma da legislação em vigor.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

**o. Lucro líquido / prejuízo por ação**

O resultado por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço.

**p. Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**q. Eventos subsequentes**

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem às demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que originam ajustes).

Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	2017	2016
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	9.864	555
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*) (nota 5)	27.758	5.363
Total	<u>37.622</u>	<u>5.918</u>

(\*) As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações financeiras com o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo, a uma taxa média de 100% do CDI, com vencimentos de 2 dias úteis a partir da data de aquisição.

**5 Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão sendo apresentadas por tipo de papel e vencimento como segue:

	2017	2016
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	<u>44.181</u>	<u>12.931</u>
	<u>44.181</u>	<u>12.931</u>

As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações financeiras com o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo, a uma taxa média de 100% do CDI, com vencimentos em 22 de novembro de 2019.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez geraram ganhos de R\$ 1.818 (R\$ 3.041 em 2016).

## 6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos a seguir a composição da carteira de títulos, por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento, ajustados aos respectivos valores de mercado. Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria estão classificados na categoria de títulos para negociação:

	Custo	Valor de Mercado				Total	Valor de mercado 31/12/2016
		Sem Vencimento	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste a Mercado		
Carteira própria (livres)	<b>4.594</b>	<b>830</b>	<b>601</b>	<b>3.163</b>	<b>32</b>	<b>4.626</b>	13.489
Títulos de Renda Fixa (livres)	<b>4.594</b>	<b>830</b>	<b>601</b>	<b>3.163</b>	<b>32</b>	<b>4.626</b>	13.489
Títulos públicos federais	<b>7</b>	-	-	<b>7</b>	-	<b>7</b>	12.993
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-	12.962
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	-	1
Notas do Tesouro Nacional-B - NTN-B	<b>7</b>	-	-	<b>7</b>	-	<b>7</b>	30
Títulos privados	<b>3.757</b>	-	<b>601</b>	<b>3.156</b>	<b>32</b>	<b>3.789</b>	496
Certificado de depósito bancário - CDB	<b>309</b>	-	<b>304</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>315</b>	146
Letras de crédito Imobiliários - LCI	<b>195</b>	-	<b>195</b>	-	<b>5</b>	<b>200</b>	107
Letras de crédito do agronegócio - LCA	<b>117</b>	-	<b>102</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>118</b>	81
Debêntures	<b>3.083</b>	-	-	<b>3.083</b>	<b>20</b>	<b>3.103</b>	134
Certificado recebíveis do agronegócio - CRA	<b>53</b>	-	-	<b>53</b>	-	<b>53</b>	18
Cedrtificado de operações estruturadas - COE	-	-	-	-	-	-	10
Fundo de investimento	<b>830</b>	<b>830</b>	-	-	-	<b>830</b>	-
FII BR Malls	<b>830</b>	<b>830</b>	-	-	-	<b>830</b>	-
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	-	-	-	490
Títulos públicos federais - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-	490
<b>Total</b>	<b>4.594</b>	<b>830</b>	<b>601</b>	<b>3.163</b>	<b>32</b>	<b>4.626</b>	13.979

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 4.360 (R\$ 4.578 em 2016).

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA.

Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As principais fontes de precificação são: ANBIMA, BM&F Bovespa, CETIP e SELIC.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Corretora não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 7 Outros créditos

### a. Rendas a receber

Em 31 de dezembro de 2017, a Corretora possuía registrado como “rendas a receber” o montante de R\$ 3.384 (R\$ 3.457 em 2016) provenientes de taxa de administração dos fundos de investimentos.

As receitas auferidas no exercício com a administração de recursos conforme Nota explicativa 15(a) totalizaram R\$ 31.968 (R\$ 28.331 em 2016).

### b. Negociação e intermediação de valores

Representado principalmente pelos saldos das operações por conta de clientes, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar, no montante de R\$ 8.414 (R\$ 14.229 em 2016).

### c. Diversos

	2017	2016
Imposto de renda a compensar	662	465
Adiantamento para futuro aumento de capital	375	555
Valores a receber de sociedades ligadas (ii)	159	121
Devedores diversos - país (i)	2.237	610
Outros créditos diversos	2.525	651
<b>Subtotal</b>	<b>5.958</b>	<b>2.402</b>
(-) Provisão para outros créditos	(25)	(17)
<b>Total</b>	<b>5.933</b>	<b>2.385</b>

(i) O saldo dessa rubrica refere-se a custos transitórios incorridos a receber de Fundos de investimentos.

(ii) O saldo dessa rubrica refere-se a a outros valores a liquidar entre empresas do grupo.

## 8 Investimentos

Em 05 de janeiro de 2016, foi constituída a Geração Futuro Seguros e Participações Ltda, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo como atividade principal a participação em outras empresas, nacionais ou estrangeiras, como sócia cotista ou acionista. Nesta mesma data, a Companhia recebeu integralização de capital no montante de R\$ 1, em 26 de fevereiro de 2016 realizou um aumento de capital no montante de R\$ 1.004, totalmente integralizado em 31 de março de 2016.

Através dessa controlada, a Corretora participa indiretamente do controle compartilhado da Genial Corretora de Seguros S/A numa associação com o Grupo OESP. A operação de aquisição da Genial se deu em 26 de agosto de 2015, ainda sob a razão social de EscolherSeguro Corretora de Seguros S.A, quando foi celebrado o contrato de compra e venda de 90% de suas ações, tendo como principais precedentes para a conclusão da operação a aprovação do Banco Central do Brasil, ocorrida em 08 de dezembro de 2015, e sua consumação em 20 de janeiro de 2016, pelo valor de R\$435 em duas parcelas iguais, atualizadas pelo CDI a partir da data de assinatura até seu efetivo pagamento.

Em 30 de maio de 2016, a EscolherSeguro teve sua razão social alterada para Genial Corretora de Seguros S.A.

Em 31 de agosto de 2016, através de Assembleia geral Extraordinária foi deliberada e aprovada a compra da posição acionária do sócio pessoa física remanescente representada por 10% das ações, pelo valor de R\$1,00.

Em 14 de setembro de 2016, através de acordo de investimento na Genial Corretora de Seguros S.A, foi concretizada a associação entre a Geração Futuro Seguros e Participações Ltda e o S/A O Estado de São Paulo - "Estadão". Para essa transação foram emitidas 6.888.976 de ações da investida, sendo 6.888.975 ações, correspondentes a 50% de participação da Companhia, subscritas pelo Estadão e 1 ação subscrita pela Geração Futuro Seguros e Participações Ltda. O acordo representou um aumento de capital de R\$15.685, sendo R\$10.000 integralizado pelo Estadão, através de créditos a serem utilizados em espaços publicitários nos veículos de mídia do Grupo OESP pelo período de 36 meses e R\$5.685 pela Geração Futuro Seguros e Participações Ltda serão integralizados em espécie, observada a necessidade de investimento. Até o encerramento do exercício de 2017 foram integralizados R\$1.300 (R\$ 1.350 em 2016) em espécie e utilizados R\$3.006 (R\$ 243 em 2016) em publicação.

Em 31 de maio de 2016 a Geração Futuro Seguros e Participações Ltda. recebeu um adiantamento para futuro aumento de capital de 150.000 pela sócia Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Em 29 de agosto de 2016 a Geração Futuro Seguros e Participações Ltda. recebeu um adiantamento para futuro aumento de capital de 205.000 pela sócia Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Em 26 de setembro de 2016 a Geração Futuro Seguros e Participações Ltda. recebeu um adiantamento para futuro aumento de capital de 200.000 pela sócia Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Em 10 de janeiro de 2017 a Geração Futuro Seguros e Participações Ltda. recebeu um adiantamento para futuro aumento de capital de 500.000 pela sócia Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Em 26 de abril de 2017 a Geração Futuro Seguros e Participações Ltda. recebeu um adiantamento para futuro aumento de capital de 800.000 pela sócia Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Em 29 de junho de 2017 a Geração Futuro Corretora de valores S.A.integralizou os adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de 1.856.000

Em 04 de agosto de 2017 a Geração Futuro Seguros e Participações Ltda. recebeu um adiantamento para futuro aumento de capital de 70.000 pela sócia Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Em 25 de agosto de 2017 a Geração Futuro Seguros e Participações Ltda. recebeu um adiantamento para futuro aumento de capital de 305.000 pela sócia Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

	Saldo em 01/01/2017	Adiantamento para futuro aumento de capital	Integralização de AFAC	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2017
Geração Futuro Seguros e Part Ltda. (*)	5.272	375	1.856	(2.230)	5.273
<b>Total</b>	<b>5.272</b>	<b>375</b>	<b>1.856</b>	<b>(2.230)</b>	<b>5.273</b>

	Saldo em 31/12/2015			Saldo em 31/12/2016
	Saldo do investimento	Novos aportes	Equivalência patrimonial	Saldo do investimento
Geração Futuro Seguros e Participações LTDA (*)	-	1.005	4.267	5.272
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.005</b>	<b>4.267</b>	<b>5.272</b>

(\*) A GF Seguros e Participações é investida direta da Geração Futuro, porém, não é considerada para fins de consolidação conforme regras estabelecidas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

## 9 Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu imobilizado:

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2016	Movimentação			Saldo 31/12/2017
			Aquisições	Baixas	Depreciação	
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.318	91	(1.355)	-	1.054
(-) depreciação acumulada		(1.838)	-	1.147	(150)	(841)
Sistema de comunicações- Equipamentos	10%	820	2	(52)	-	770
(-) depreciação acumulada		(682)	-	46	(47)	(683)
Sistema de processamento de dados	20%	3.172	181	(91)	-	3.262
(-) depreciação acumulada		(2.448)	-	90	(299)	(2.657)
<b>Total</b>		<b>1.342</b>	<b>274</b>	<b>(215)</b>	<b>(496)</b>	<b>905</b>

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2015	Movimentação			Saldo 31/12/2016
			Aquisições	Baixas	Depreciação	
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.285	35	(2)	-	2.318
(-) depreciação acumulada		(1.623)	-	1	(216)	(1.838)
Sistema de comunicações- Equipamentos	10%	820	-	-	-	820
(-) depreciação acumulada		(630)	-	-	(52)	(682)
Sistema de processamento de dados	20%	2.756	427	(11)	-	3.172
(-) depreciação acumulada		(2.175)	-	11	(284)	(2.448)
<b>Total</b>		<b>1.433</b>	<b>462</b>	<b>(1)</b>	<b>(552)</b>	<b>1.342</b>

## 10 Intangível

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu intangível:

Descrição	Taxa	Movimentação				Saldo 31/12/2017
		Saldo 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Amortização	
Software	20%	2.747	75	-	-	<b>2.822</b>
(-) amortização acumulada		(1.938)	-	-	(313)	<b>(2.251)</b>
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	-	2.697	689	(1.670)		<b>1.716</b>
(-) amortização acumulada		(1.077)	-	1.005	(581)	<b>(653)</b>
<b>Total</b>		<b>2.429</b>	<b>764</b>	<b>(665)</b>	<b>(894)</b>	<b>1.634</b>

Descrição	Taxa	Movimentação				Saldo 31/12/2016
		Saldo 31/12/2015	Aquisições	Baixas	Amortização	
Software	20%	2.747	-	-	-	2.747
(-) amortização acumulada		(1.611)	-	-	(327)	(1.938)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	-	2.299	439	(41)		2.697
(-) amortização acumulada		(604)	-	-	(473)	(1.077)
<b>Total</b>		<b>2.831</b>	<b>439</b>	<b>(41)</b>	<b>(800)</b>	<b>2.429</b>

(i) As benfeitorias são amortizadas de acordos com a vigência dos contratos de aluguel que são de 60 meses.

## 11 Outras obrigações

### a. Sociais e estatutárias

	2017	2016
Gratificações e participações a pagar (empregados)	<b>1.903</b>	-
<b>Total</b>	<b>1.903</b>	-
Curto prazo	<b>1.903</b>	-
Exigível a longo prazo	-	-

### b. Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Impostos e contribuições sobre salários	<b>783</b>	724
Outros	<b>2.547</b>	566
<b>Total</b>	<b>3.330</b>	1.290
Curto prazo	<b>3.330</b>	1.290
Exigível a longo prazo	-	-

**c. Negociação e intermediação de valores**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Credores conta de liquidação pendente	<b>64.343</b>	21.118
Caixas de registro e liquidação	<b>534</b>	13.949
Total	<b><u>64.877</u></b>	<u>35.067</u>
Curto prazo	<b>64.877</b>	35.067
Exigível a longo prazo	-	-

**d. Parcelamento de dívida (\*)**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Parcelamento da dívida de IRPJ e CSLL	<b>879</b>	1.801
Total	<b><u>879</u></b>	<u>1.801</u>
Curto prazo	<b>879</b>	982
Exigível a longo prazo	-	819

(\*) A Superintendência Regional da Receita Federal 10ª Região Fiscal - Porto Alegre/RS, com base no “Termo de Constatação e Intimação Fiscal”, glosou despesas contabilizadas pela Corretora no ano-calendário de 2009, lavrando Auto de Infração recebido em 21/10/2013, referente à cobrança de IRPJ e CSLL, nos valores de R\$ 2.607 e R\$ 1.564. Em novembro de 2013 a Corretora optou pelo parcelamento em 60 (sessenta) vezes, com benefício de redução das multas em 40% (quarenta por cento), referente à adesão ao programa instituído pela Lei nº 11.941/2009, reaberto com as alterações veiculadas pela Lei 12.865/2013 (“Refis”). Transferido de grupo contábil para melhor classificação.

**e. Diversos**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Provisão para despesas de pessoal	<b>1.549</b>	1.489
Provisão de pagamentos a efetuar	<b>1.125</b>	1.526
Valores a pagar sociedades ligadas	<b>387</b>	74
Credores diversos - Redução de capital	<b>111</b>	617
Credores diversos - outros	<b>579</b>	770
	<b><u>3.751</u></b>	<u>4.476</u>
Curto prazo	<b>3.751</b>	4.476
Exigível a longo prazo	-	-

## 12 Imposto de renda e contribuição social

### Demonstração da conciliação entre o imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva e nominal

	2017	2016
<b>Resultado antes da Tributação e Participações</b>	<u>(1.335)</u>	<u>(385)</u>
Participações dos empregados no resultado	(3.805)	721
<b>Lucro antes dos Impostos</b>	<u>(5.140)</u>	<u>(1.105)</u>
<b>Ajustes Permanentes</b>	<u>2.589</u>	<u>(4.065)</u>
Resultado de equivalencia patrimonial de controladas e coligadas	2.230	(4.267)
Outras	359	202
<b>Ajustes Temporários</b>	<u>2.137</u>	<u>(604)</u>
Ajustes temporários sobre produtos	(23)	12
Contingencias e tributos suspensos	257	412
PLR - Caixa	1.903	(1.028)
<b>Lucro/Prejuízo Antes das Compensações</b>	<u>(414)</u>	<u>(5.775)</u>
Compensação		-
<b>Lucro/Prejuízo do Exercício</b>	<u>(414)</u>	<u>(5.775)</u>
<b>Incentivos Fiscais</b>	<u>-</u>	<u>3</u>
Empresa cidadã	-	3

### Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

A Corretora não realizou o registro contábil de ativo ou passivo tributário em conformidade com Resolução 3.059/12 do Bacen que define as regras para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição sócia sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias .

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa	Ajustes Temporários	MTM	Total
Ativos fiscais não constituído	3.783	3.026	1.488	(3)	8.294

## 13 Contingências

As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações.

Para as contingencias classificadas como “prováveis”, são constituídos provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica “Provisões para riscos fiscais” e Provisões para passivos contingentes”. Eventuais desembolsos dependerão da evolução e do êxito de cada um dos processos, não sendo possível estimar quando ocorrerão.

### **Composição e movimentação das contingências**

	Trabalhistas		Cíveis	
	Garantia	Provisão	Garantia	Provisão
Em 31 de Dezembro/2016	-	515	704	704
<i>Constituições</i>	-	450	-	-
<i>Reversões</i>	-	(225)	-	-
<i>Atualizações</i>	-	-	8	8
<i>Realizações / Pagamentos</i>	-	(40)	-	-
<b>Em 31 de Dezembro/2017</b>	<b>-</b>	<b>700</b>	<b>712</b>	<b>712</b>

Abaixo segue demonstrado os tipos de processos como probabilidade “possível” em que a Corretora figura no polo passivo.

	FISCAIS	TRABALHISTAS	CÍVEIS	OUTRAS
Em 31 de Dezembro/2016	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro/2017</b>	<b>240</b>	<b>1.858</b>	<b>350</b>	<b>3.362</b>

## **14 Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social é de R\$ 25.000 (R\$ 25.000 em 2016), e está representado por 25.133.542 ações ordinárias nominativas (25.133.542 ações em 2016), sem valor nominal, representado conforme o quadro de acionistas:

Acionistas	No de ações	Participação
Brasil Plural S.A. Banco Multiplo	<u>25.133.542</u>	<u>100%</u>
Total	<u>25.133.542</u>	<u>100%</u>

Aos acionistas está previsto o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação vigente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve pagamentos de dividendos em função dos prejuízos apresentados pela Companhia.

### **Reserva de lucros**

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

### **Reserva de capital**

A reserva de capital será utilizada para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, qual houver incorporação ao capital social, pagamento de dividendos a ações preferenciais e para resgate, reembolso ou compra de ações.

## 15 Resultado operacional

### a. Receita de prestação de serviços

	2º Semestre	2017	2016
Administração de recursos (Nota 7.a)	15.522	31.968	28.331
Rendas de corretagem	8.233	18.115	18.399
Rendas de colocação de títulos (*)	7.168	7.816	1.333
Outras	76	366	1.343
	<u>30.999</u>	<u>58.265</u>	<u>49.406</u>

(\*) No 2º semestre de 2017 houve uma melhora no cenário econômico do país tendo IPO's e novas emissões de ações.

### b. Despesa de pessoal

	2º Semestre	2017	2016
Proventos	(7.565)	(14.873)	(14.179)
Encargos Sociais	(2.578)	(5.295)	(4.952)
Honorários da diretoria	(807)	(1.815)	(1.389)
Outros	(2.367)	(5.031)	(4.187)
Total	<u>(13.317)</u>	<u>(27.014)</u>	<u>(24.707)</u>

### c. Outras despesas administrativas

	2º Semestre	2017	2016
Serviços técnicos especializados	(10.224)	(18.232)	(15.205)
Processamento de dados	(2.580)	(5.111)	(5.172)
Serviço do sistema financeiro	(1.154)	(2.378)	(1.841)
Aluguel	(969)	(2.319)	(2.656)
Comunicações	(1.008)	(1.963)	(1.970)
Viagens	(361)	(569)	(468)
Serviços de terceiros	(384)	(514)	(264)
Outros	(4.374)	(7.033)	(3.593)
	<u>(21.054)</u>	<u>(38.119)</u>	<u>(31.169)</u>

### d. Despesas tributárias

	2º Semestre	2017	2016
PIS e COFINS	(1.985)	(3.405)	(2.658)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(855)	(1.734)	(1.514)
Outros	(131)	(268)	(235)
Total	<u>(2.971)</u>	<u>(5.407)</u>	<u>(4.407)</u>

### e. Outras receitas operacionais

	Semestre	2017	2016
Recuperação de despesas administrativas	641	1.243	715
Variação monetária	266	299	54
Outros (*)	8.732	8.817	262
Total	<u>9.639</u>	<u>10.359</u>	<u>1.031</u>

(\*) Valores originados de operações envolvendo fundos cobertos pela orientação do Ofício nº 1317/2017/CVM/SIN/GIF.

**f. Outras despesas operacionais**

	Semestre	2017	2016
Despesas com contingências	(592)	(592)	-
Despesas de fundos	(75)	(238)	(684)
Variação monetária passiva	(65)	(104)	(229)
Outros	(916)	(1.030)	(154)
<b>Total</b>	<b>(1.648)</b>	<b>(1.964)</b>	<b>(1.067)</b>

**Partes relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2017, a Corretora possui as seguintes transações com partes relacionadas:

	2017	2016	Partes relacionadas	Grau de Relacionamento
<b>Ativos</b>	<b>50.649</b>	<b>17.084</b>		
A receber - prestação de serviços	3.384	3.457	Fundos Administrados pela Corretora	Ligada
Rateio de despesas administrativas	159	84	GF Gestão de Recursos Ltda.	Ligada
Reembolso de despesas administrativas	-	8	Genial Corretora de Seguros S.A.	Ligada
Adiantamento para futuro aumento de capital	375	555	Geração Futuro Seguros e Participações Ltda.	Controladora
Reembolso de despesas administrativas	-	24	Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	Controladora
Aplicação em CDI	44.181	12.931	Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	Controladora
Caixa	2.551	25	Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	Controladora
<b>Passivos</b>	<b>387</b>	<b>12.814</b>		
Operação de bolsa - correspondente	-	12.745	Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	Controladora
Reembolso de despesas administrativas	10	-	Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	Controladora
Reembolso de despesas administrativas	378	69	Brasil Plural CCTVM	Ligada
<b>Receitas/Despesas</b>	<b>36.105</b>	<b>33.085</b>		
Receitas com CDI	1.818	3.041	Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	Controladora
Despesa com corretagem	1.076	1.005	Brasil Plural CCTVM	Ligada
Receita com prestação de serviços	31.968	28.331	Fundos Administrados pela Corretora	Ligada
Rateio de despesas administrativas	1.243	708	GF Gestão de Recursos Ltda.	Ligada

**Remuneração do pessoal-chave da Administração**

O pessoal-chave da administração foi remunerado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 da seguinte forma:

	31/12/2017	31/12/2016
Proventos	1.815	1.389
Encargos sociais	408	312
<b>Total</b>	<b>2.223</b>	<b>1.701</b>

A remuneração total dos Diretores durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é considerada benefício de curto prazo. De acordo com a Administração não existem outros benefícios de curto prazo.

## 16 Gerenciamento de riscos

A gestão de risco está sujeita aos mesmos padrões do acionista controlador, Banco Plural S.A. - Banco Múltiplo. Desse modo, atua como instrumento para maximizar o valor para os acionistas e para as partes interessadas. Assim, buscamos estabelecer estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio entre as metas de crescimento e de retorno dos investimentos e os riscos a elas associados. A descrição detalhada de cada estrutura que compõe o gerenciamento de riscos está disponível em forma de políticas no site da instituição (<http://www.brasilplural.com/Site/pt-BR/Company/RiskManagement>).

As estratégias de gerenciamento de riscos e os respectivos efeitos nas demonstrações financeiras atendem plenamente ao disposto pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional e podem ser resumidos, como segue:

### a. Risco de mercado

A gestão de **risco de mercado** é responsável por identificar, avaliar, monitorar e mitigar as exposições decorrentes de posições detidas em ações, taxa de juros, câmbio e mercadorias (*commodities*).

O risco de mercado é monitorado através do cálculo diário do Value at Risk (VaR), uma ferramenta estatística que mensura a perda potencial da instituição com determinado nível de confiança para um certo horizonte de tempo. Também são utilizados, para análise e monitoramento, testes de estresse das carteiras com o objetivo de mensurar o risco em cenários adversos. A precisão da metodologia de risco de mercado é testada através de testes (back-testing) que comparam a aderência entre as estimativas de VaR e os ganhos e perdas realizados.

O VaR apresentado abaixo foi calculado para o período de um dia, nível de confiança de 95,0% e um ano de dado histórico. O nível de confiança de 95,0% significa que existe uma possibilidade de uma em vinte ocorrências de que as receitas líquidas de negociação serão abaixo do VaR estimado. Com isso, déficits nas receitas líquidas de negociação em um único dia de negociação maior do que o VaR apresentados são esperados de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês. Dada a sua dependência dos dados históricos, a precisão do VaR é limitada em sua capacidade de prever mudanças de mercado sem precedentes, como distribuições históricas nos fatores de risco de mercado não podem produzir estimativas precisas de risco de mercado futuro. Diferentes metodologias de VaR e estimativas de distribuição estatística podem produzir VaR substancialmente diferente. A tabela a seguir contém a média diária do VaR do Banco para os períodos findos em:

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Média diária do VaR (R\$ mil)	266	419

O acionista Controlador também monitora o riscos de mercado de sua carteira por meio das parcelas que compõem o RWA (*Risk Weighted Assets*) conforme determina a Resolução nº 4.192/2007 do Banco Central do Brasil.

**I. Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n° 475/2008)**

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Brasil Plural gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isto, a Instituição considera os limites de riscos estabelecidos pela Administração e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Brasil Plural em conformidade com a Resolução CMN n° 4.557/2017 e com a circular n° 3.354/2007 do Bacen, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos da seguinte forma:

- (i) Carteira de negociação (Trading Book): constituída por posições próprias realizadas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.
- (ii) Carteira de não negociação (Banking Book): contém as operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até seu vencimento.

Para determinar a sensibilidade do capital aos impactos de movimentos de mercado **na Carteira de Negociação (Trading)**, foram realizadas simulações considerando 3 cenários:

<b>Cenário Provável A1</b>		<b>Cenário Provável A2</b>	
IPCA	200	IPCA	(200)
Cambio	5%	Cambio	(5)%
Ações	(5)%	Ações	5%
<b>Cenário Eventual B1</b>		<b>Cenário Eventual B2</b>	
IPCA	250	IPCA	(250)
Cambio	6,25%	Cambio	(6,25)%
Ações	(6,25)%	Ações	6,25%
<b>Cenário Eventual C1</b>		<b>Cenário Eventual C2</b>	
IPCA	300	IPCA	(300)
Cambio	7,50%	Cambio	(7,50)%
Ações	(7,50)%	Ações	7,50%

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (Trading), composta por títulos públicos, privados e instrumentos financeiros derivativos.

<b>Fator de Risco</b>	<b>Cenário A</b>		<b>Cenário B</b>		<b>Cenário C</b>	
	<b>Variação</b>	<b>Resultado</b>	<b>Variação</b>	<b>Resultado</b>	<b>Variação</b>	<b>Resultado</b>
Ações	Redução	-104	Redução	-130	Redução	-156
Câmbio	Redução	-161	Redução	-202	Redução	-242
IPCA	Aumento	-445	Aumento	-546	Aumento	-644

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Banco. A carteira é composta por operações de créditos, captações, títulos e valores mobiliários e operações atreladas a hedge natural, mitigando a exposição.

**b. Risco operacional**

O gerenciamento de **risco operacional** abrange identificação e controle das possibilidades de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Como parte integrante da estrutura de controles internos, o framework de risco operacional é divulgado em política, e prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reportes relacionados aos riscos operacionais, bem como os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. A metodologia utilizada pelo Brasil Plural está em linha com o framework definido nos documentos *Integrated Framework: Application Techniques*, publicado pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*; e no *Principles for the Sound Management of Operational Risk*, emitido pelo *Basel Committee on Banking Supervision*.

Outra questão relevante no contexto de risco operacional é o Plano de Continuidade de Negócios onde a estratégia do Brasil Plural é que a empresa se mantenha totalmente operacional, atendendo seus clientes e suas obrigações sem interrupção, ainda que as dimensões da Contingência sejam graves e esta operação seja feita em regime parcial, dado que serão alocados em novos locais um número de profissionais menor que os que realizam as tarefas cotidianas. Não há previsão de redução do nível de controles (mesmo os de Risco e de formalização) das operações que sejam cursadas em situação de Contingência.

Os eventos de perdas são monitorados, identificados e armazenados em sistema proprietário conforme determinado pela Resolução 4.557/2017.

**c. Risco de crédito**

O risco de crédito é interpretado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nas condições acordadas, assim como à desvalorização de contrato de crédito derivado da deterioração na classificação de risco do tomador, à diminuição de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. O gerenciamento de risco de crédito da Instituição possui um processo contínuo e progressivo de mapeamento, desenvolvimento, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, mantendo a integridade e a independência dos processos. A Instituição controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito e instrumentos financeiros derivativos. Ainda, há o risco de crédito em obrigações financeiras relacionadas a compromissos de crédito ou prestação de garantias financeiras. Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

O processo para definição de limites de crédito para contrapartes financeiras e não financeiras é disciplinado pela Política de Gerenciamento de Risco de Crédito e pelo Manual de Crédito que abordam de forma detalhada diversos aspectos do tomador do crédito e do grupo econômico a que pertence, incluindo a atividade da empresa (modelo de negócio, foco de mercado, posição de mercado, produtos, riscos de tecnologia, operacionais, obtenção e custo de matéria-prima, etc.), da sua capacidade financeira para repagar a obrigação financeira (análise horizontal e vertical dos últimos três exercícios, alavancagem financeira, estrutura de custos, consistência de geração de caixa das operações, liquidez), características da indústria em que opera (regulação, região de atuação, estrutura de custos, elasticidade de demanda e preços, mudanças estruturais, barreiras de entrada, etc.), bem como aspectos da governança (acordos de acionistas, experiência dos executivos e conselho de administração, órgãos de suporte ao conselho de administração, controles de riscos, estratégia da empresa, políticas financeira e de riscos, transparência).

O processo poderá, eventualmente, incluir a análise da estrutura de uma dívida específica da contraparte e seus fatores mitigadores de risco, com expectativa de perda relativa em caso de inadimplimento. A adequação do limite de crédito ao tipo de negócio da empresa e suas necessidades de financiamento serão analisadas. Recursos utilizados para elaboração do cadastro dos clientes incluem consulta à SERASA e SISBACEN tanto da empresa como de seus sócios. O processo converge para um rating interno e recomendação da área de Análise de Crédito, positiva (com ou sem restrições) ou negativa, para a proposta de limite encaminhada pela área comercial, recomendação esta que será avaliada pelo Comitê de Crédito para decisão final. Os limites de crédito são reavaliados pelo menos uma vez ao ano ou quando necessário por conta de mudanças no perfil de crédito da empresa ou da indústria na qual opera.

A política de provisionamento adotada pela Instituição está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Com isso, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como impairment os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações corporate com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

**d. Risco de liquidez**

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a garantir o equilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - evitando descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do conglomerado, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Utilizamos modelos de projeções e de estresse das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva.

**e. Gestão de Capital**

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- (i) Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- (ii) Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- (iii) Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O objetivo do gerenciamento de capital é antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado através de uma postura prospectiva.

## 17 Limites operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução CMN nº 2.099/1994 e legislação complementar.

Os limites operacionais são administrados no nível do controlador Brasil Plural S. A. - Banco Múltiplo. A situação do Banco, em relação ao risco da exposição das operações financeiras, está assim representada:

<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Índice de Basileia	<b>14,11%</b>	15,62%
Índice de Basileia Ampliado	<b>14,06%</b>	15,61%
Limite de imobilização	<b>33.655</b>	46.720
Valor da situação para o limite de imobilização	<b>18.140</b>	31.388
Índice de imobilização	<b>26,95%</b>	33,59%
Margem	<b>15.515</b>	15.331
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>67.310</b>	93.439
<b>Patrimônio de Referência para comparação com o RWA</b>	<b>67.310</b>	93.439
<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Total da parcela RBAN	<b>155</b>	53
Total da parcela RWACPAD (Crédito)	<b>187.854</b>	193.567
Total da parcela RWAMPAD (Mercado)	<b>26.674</b>	170.114
Total da parcela RWACAM	<b>4.022</b>	12.916
Total da parcela RWAJUR [1]	<b>2.142</b>	66.963
Total da parcela RWAJUR [2]	<b>50</b>	7
Total da parcela RWAJUR [3]	<b>14.436</b>	7.711
Total da parcela RWAACS	<b>6.024</b>	82.514
Total da parcela RWAOPAD	<b>262.617</b>	234.402
<b>RWA total (crédito+mercado+operacional)</b>	<b>477.146</b>	598.084

As resoluções no. 4.192/13 e no. 4.278/13 do CMN dispõem sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência, de nível I e de Capital Principal e a Resolução 4.193/13 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN nos. 3.644/13, 3.652/13, 3.679/13 e 3.696/14 para risco de crédito, das Circulares nos. 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 2013 e das Cartas-Circulares nos 3.498/11 e 3.499/11 para risco de mercado, e das Circulares no. 3.640/13 e 3.675/13 e da Carta-Circular no. 3.625/13 para risco operacional. O Controlador optou pela abordagem o indicador básico para mensuração do risco operacional.